

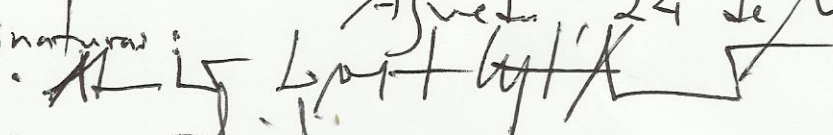
para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestamos a qualquer título, direta ou indiretamente assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que nos confira vantagens, falseie as condições normais de concorrência.

5 - Nós declaramos, temos pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica consoante o caso a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quanto à entidade adjudicante o solicitar, nós obrigamo-nos nos termos do disposto no art. 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que nos encontramos nas situações previstas nas alíneas b) d) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - Declaramos que temos pleno conhecimento de que a apresentação dos documentos solicitados nos termos do n.º anterior, por motivo que nos seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art. 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidatos ou concorrentes, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Assinado, 24 de Maio de 2013.
assinaturas:
• 
• 